

**XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE**

**1. Dados da Reunião**

Data	Hora início	Hora término	Local
17/11/2020	09:07	11:30	Videoconferência

**2. Pauta**

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais/Indicadores Justiça em Números
04	Análise da Execução Orçamentária
05	Situação das Ações de Retomada e Projetos Estratégicos
06	Planejamento Estratégico 2021-2026
07	Semana de Sentenças e Baixas
08	Agendamento XII RAE
09	Encerramento

**3. Participantes**

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	<b>Des. LOURIVAL de Almeida TRINDADE</b>	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	<b>Des. Carlos Roberto Santos Araújo</b>	1º Vice-Presidência	Ausente
03	<b>Des. Augusto de Lima Bispo</b>	2º Vice-Presidência	
04	<b>Des. José Alfredo Cerqueira da Silva</b>	Corregedoria Geral da Justiça	
05	<b>Des. Osvaldo de Almeida Bomfim</b>	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	<b>Des. Nilson Soares Castelo Branco</b>	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	<b>Juíza de Direito Eduarda Lima Vidal</b>	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	Ausente
08	<b>Juiz de Direito Fábio Alexandro Costa Bastos</b>	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	Ausente
09	<b>Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino</b>	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	<b>Clio Nobre Felix</b>	Chefia de Gabinete da Presidência	
11	<b>Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima</b>	Secretaria-Geral da Presidência	
12	<b>Pedro Lúcio Silva Vivas</b>	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	<b>Fabrcio Nascimento Ferreira</b>	Secretaria de Administração	Representado
14	<b>Bianca Serra Araújo Henkes</b>	Secretaria Judiciária	
15	<b>Janaína Barreto de Castro</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	<b>Luis Augusto Bahiense Cardoso</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
17	<b>Fernanda Pinto Dantas Braga</b>	Controladoria do Judiciário	
18	<b>Moisés Bisesti de Queiroz</b>	Assessoria de Comunicação	
Nº	Nome de outros representantes convidados:	Representando:	Assinatura
19	<b>Adolfo de Souza Ferri</b>	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
20	<b>Alexsandro Silva Santos</b>	Diretoria de Planejamento Estratégico	
21	<b>Des. José Aras (parcial)</b>	Grupo de Trabalho LGPD	
22	<b>Danilo Santana (parcial)</b>	Gabinete Des. José Aras	
23	<b>Fábio D´Almeida</b>	Diretoria de Modernização	
24	<b>Hévila Santana</b>	Seplan	
25	<b>Juiz Marcos Lêdo</b>	Juiz Corregedor	
26	<b>Juiz Jonny Maikel dos Santos</b>	Juiz Corregedor	
27	<b>Juiza Rita Ramos</b>	Coordenadora Geral da Unicorp	
28	<b>Leonardo Oliveira</b>	Assessor COJE	
29	<b>Líbia Lima</b>	Nugep	

**XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE**

30	<b>Liz Oliveira Souza</b>	Sejud	
31	<b>Maria Cristina Carvalho Cunha</b>	Coordenadora de Projetos e Processos	
32	<b>Pedro de Matos Souza</b>	Assessor da Seplan	
33	<b>Priscila Ávila</b>	Seplan	
34	<b>Thais Fellipi</b>	Diretoria de Primeiro Grau	
35	<b>Yves Christian Bernard Pavetto</b>	Assessor da SEPLAN	

**4. Abertura**

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas procedeu às orientações iniciais para a realização da reunião.

O Presidente do TJBA, Des. Lourival Trindade, fez a abertura da XIV Reunião de Análise da Estratégia cumprimentando aos Desembargadores Augusto Bispo e José Alfredo, bem como aos magistrados, secretários e demais participantes da reunião.

**5. Leitura da ATA da RAE anterior**

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo da XIII Reunião de Análise da Estratégia. Na oportunidade retificou que, embora estivesse registrado em Ata que seria encerrado, o projeto Coordenação de Cumprimento de Mandados, da Corregedoria Geral da Presidência, seguirá seu curso até a conclusão das atividades e que ocorrerá apenas a exclusão de um pacote de atividades no seu escopo. Tal ajuste deu-se após esclarecimento na Reunião de Líderes Avançados realizada no dia 10/11/2020.

**6. Metas Nacionais**

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, apresentou os gráficos de desempenho do PJBA em relação às Metas Nacionais. O secretário ressaltou o percentual da Meta 2 de 39% diante do alvo que é de 100%. Pedro Vivas lembrou que o CNJ deverá incluir um ano a mais na apuração desse item em razão da pandemia de Covid-19 ter impactado nos resultados de todo o Poder Judiciário. Reforçou que ainda haverá tempo para que o PJBA consiga alcançar a Meta que, historicamente, não vem sendo atingida.

Quanto às Metas 1, 3 e 4, o Secretário informou que seus percentuais estão abaixo do alvo e que o alcance da Meta 2 influenciará diretamente no resultado destas. Reforçando assim a necessidade de maiores esforços a serem envidados em seu atingimento.

O percentual relativo à Meta 6, conforme mencionado pelo Secretário de Planejamento e Orçamento, possivelmente será alcançado. E, no que tange à Meta 8, o Secretário relatou a particularidade relacionada a apuração das informações das ações de Violência Doméstica, pois a falha do correto registro da Tabela Processual Unificada na distribuição compromete a contabilização dos dados.

O Secretário finalizou a apresentação dos números mencionando a Meta 9, criada esse ano de 2020, e que deverá ter seu percentual apurado em aproximadamente 85% até o fim do ano, não atingindo assim os 100% necessários.

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

O Desembargador Nilson Castelo Branco solicitou a palavra para cumprimentar a todos, desculpar-se pelo atraso e questionar se algum assunto relativo à Unicorp havia sido abordado.

O Secretário Pedro Vivas informou que ainda não havia sido abordada nenhuma questão acerca da Universidade Corporativa.

#### 7. Indicadores Justiça em Números

Quanto aos indicadores do Justiça em Números, o Secretário ressaltou os seguintes pontos:

Quanto a Casos Novos, o quantitativo em 2020 está maior do que o de 2017, porém ainda se mantém menor do que nos anos 2018 e 2019. No entanto, observando-se o gráfico em linha percebe-se a tendência de que o número ao final do ano de 2020 será maior que o de 2018.

Quanto a Processos Baixados, o Secretário pontuou que a cada ano o número será menor, pois está se chegando a um nível de eficiência corrente, ou seja, a tendência é que seja mais rápido baixar os processos mais novos, e os mais antigos, muitas vezes mais difíceis, permanecerão sem baixar. Refletindo na Meta 2. Com relação aos números, Pedro Vivas mostrou que a quantidade de processos baixados em 2020 está menor que em 2019 e 2018.

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD), apresenta percentual de 106%, que, apesar de ser maior que 100%, ainda está muito menor que em 2019 que foi de 124%. O secretário reforçou que o IAD é melhor quanto maior ele for de 100%.

O Secretário apresentou também um gráfico relacionado às Semanas de Sentenças e Baixas realizadas. Evidenciou que as quantidades de Sentenças e Baixas vem decrescendo desde 2018, ano este em que houve um crescimento exponencial em relação ao ano de 2017. Nesse sentido, o Secretário alertou que possivelmente as Semanas de Sentenças e Baixas devam ser reformuladas para que possam ter resultados mais efetivos.

Pedro Vivas prosseguiu exibindo o gráfico de Índice de Atendimento à Demanda (IAD) e Casos Pendentes. Para este último, o Secretário ressaltou que, como o IAD será de 100%, o número de casos pendentes deverá ser de 3.643.657.

#### 8. Informações sobre a LGPD

O Desembargador José Aras iniciou sua apresentação sobre o tema, agradecendo ao Presidente do TJBA pela confiança ao indicá-lo como Presidente do Grupo de Trabalho que cuida da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Tribunal de Justiça da Bahia. O Desembargador mencionou a peculiaridade da LGPD em trazer uma revolução em todo o direito brasileiro, embora haja algumas restrições em relação à Administração Pública, questões de segurança pública e supremacia do interesse público sobre o interesse privado, a Lei tem uma série de regras sobre tratamento de dados. Desembargador José Aras relatou que o Grupo de Trabalho tem feito uma série de ações que buscam implementar a referida lei no TJBA, porém indica a necessidade de incluir a implementação da LGPD como

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

projeto estratégico, pois, além de haver indicação na própria Lei, o CNJ também impõe e efetivamente contribuirá para a melhoria na prestação jurisdicional, vez que será garantida a proteção de dados dos indivíduos em geral, principalmente em relação aos dados sensíveis – aqueles que envolvem uma definição de escolhas pessoais e os processos judiciais contêm diversos deles. O Desembargador acrescentou que além desses dados, também há os dados relacionados a crianças e adolescentes. Informou que está encerrando a primeira fase de implantação que contempla ajustes no site, política de privacidade do Tribunal e outros temas que envolvem a aplicação da LGPD, principalmente essa necessidade de que a implementação da LGPD faça parte da Estratégia do PJBA. O Desembargador acrescentou que é preciso disponibilizar um espaço físico com canais de comunicação (telefone, correio eletrônico) definidos para que haja um ponto de resposta à sociedade em relação à LGPD no PJBA. Desembargador José Aras informou que já foi designado um agente do Tribunal que é responsável pela fiscalização da LGPD no TJBA. O Desembargador agradeceu novamente a oportunidade de participar da Reunião de Análise da Estratégia para mostrar o que já foi feito e a projeção do que ainda será executado em relação à LGPD. Colocou-se à disposição para questionamentos.

Desembargador Nilson Castello Branco questionou se a LGPD abrange questões relacionadas à invasão de “hackers”, como ocorrido recentemente no STJ, TSE e TJSC, e, se o Desembargador José Aras está em contato com o STJ, que teve larga experiência em relação ao fato, que possam trazer medidas preventivas ao PJBA.

O Desembargador José Aras respondeu informando que no PJBA já existe a política de privacidade, bem como a política de segurança. A Lei impõe medidas mais severas em relação à política de privacidade. O desafio para os tribunais é adequar a política de privacidade à atividade jurisdicional, que envolve a coleta e a proteção desses dados. O Desembargador acrescentou que a política de privacidade está contemplada na política de segurança, que é mais ampla e, esta sim, está relacionada aos fatos ocorridos no STJ e demais tribunais. Concordou que o fato de podermos manter contato com o STJ a fim de nos prevenirmos é de extrema valia e importância para o PJBA.

Desembargador Nilson Castello Branco informou que, em contato com o Presidente do STJ, questionou se havia a disponibilidade de troca de informações a respeito do ataque feito ao sistema daquele Tribunal, o que foi respondido afirmativamente. Dessa maneira o Desembargador solicitou ao Presidente do Grupo de Trabalho, Des. José Aras que buscasse esse intercâmbio de conhecimento.

O Presidente do CGOv, Desembargador Lourival Trindade, agradeceu à participação dos Desembargadores Nilson Castello Branco e José Aras, inclusive pelo contato com o STJ. O Presidente informou que, assim que soube do ataque de *hackers* ao STJ, entrou em contato com o Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Luís Bahiense, para saber da condição de segurança do PJBA. O Secretário, na oportunidade, esclareceu que as medidas preventivas de segurança de dados já existem no Tribunal, inclusive com contratos. O Presidente solicitou que Luís Bahiense se manifestasse em relação ao ocorrido.

O Secretário da SETIM explicou que um *hacker* procura vulnerabilidades nos sistemas das instituições para proceder ao ataque. Luís Bahiense informou que assim que obtivera a informação sobre o ocorrido no STJ, verificou-se se havia em

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

nossos sistemas a mesma fragilidade e medidas preventivas foram tomadas. O Secretário acrescentou que essas análises são feitas diariamente, pois os ataques ocorrem todos os dias, não percebemos porque o sistema está protegido.

Desembargador Nilson Castelo Branco questionou se o sistema do STJ seria mais vulnerável que o do PJBA. O Secretário Luís Bahiense respondeu que na verdade não é o sistema mais vulnerável, mas sim um dos serviços prestados por aquele Tribunal não estava devidamente atualizado e a partir dessa desatualização o invasor pôde atuar. O Secretário informou ainda que, mensalmente, todos os fornecedores de software fornecem as atualizações e todos os clientes que possuem produtos desses fornecedores devem proceder às atualizações. O Secretário reforçou que a SETIM sempre efetua essas atualizações e lembrou que os ataques de invasores ocorrem diariamente.

O Secretário de Planejamento e Orçamento lembrou que o Projeto de Implantação da LGPD deverá ser defendido pelo Grupo de Trabalho para fazer parte do portfólio de projetos estratégicos na próxima RAE.

O Desembargador José Aras agradeceu a oportunidade de participar da reunião e esclarecer os pontos relacionados à LGPD e despediu-se de todos.

#### 9. Apresentação do Projeto Mapeamento das Demandas Repetitivas ou com potencial de repetitividade

O Desembargador Augusto Bispo fez uma breve introdução acerca do projeto. Informou que o CNJ vem trabalhando na consolidação do Sistema de Precedentes e o PJBA tem uma iniciativa que consiste em identificar essas demandas. O Desembargador passou a palavra ao magistrado Raimundo Braga para detalhar a proposta.

Dr. Raimundo Braga informou que diversas reuniões foram feitas com diversos Tribunais e diante das discussões chegou-se à definição de elaborar uma ferramenta que faça a leitura de documentos, imagens e textos no sistema Pje e, a partir dessa leitura, transformar em algoritmos e que permita, através de um mecanismo de Inteligência Artificial, identificar as questões que são repetitivas ou tenham potencial de repetitividade. Após essa identificação, os processos seguem para um sistema de julgamento de demanda repetitivas. As vantagens para o Tribunal englobam desde a melhor gestão do acervo até facilidade de aplicação do sistema de precedentes obrigatórios, gerando também um desestímulo à cultura da excessiva judicialização. O magistrado listou as vantagens onde o sistema já está implantado. Citou a ferramenta do STJ, que é uma plataforma de Inteligência Artificial para fornecer informações relevantes aos ministros relatores facilitando a identificação, por exemplo, de demandas que se enquadram no rol de demandas repetitivas, identificar grupos de processos semelhantes, o que contribui para o aprimoramento da política de incentivo ao instituto dos recursos repetitivos. A equipe que realizou essa atividade no STJ foi deslocada para o STF para efetivar os mesmos procedimentos naquele Tribunal. Assim, explicou o magistrado, em vez de os servidores terem que ler todas as petições a fim de identificar se as mesmas tratam de demandas repetitivas, o sistema com Inteligência Artificial faz essa tarefa, economizando tempo e tornando todo o processo mais célere. Dr. Raimundo citou outros Tribunais estaduais que também estão trabalhando na implantação de ferramentas com esse propósito.

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

Dr. Raimundo Braga explicou que a proposta do PJBA, de acordo com a análise da SETIM, é que realizemos nosso projeto em conjunto com o STJ e seja executado no Pje. O magistrado concluiu que se trata de projeto estratégico pois tem previsão legal, tem exigência do CNJ, está alinhado com os macrodesafios para o Poder Judiciário e, agora, possui uma estrutura que possibilita seu desenvolvimento, inclusive financeira. O investimento previsto é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e está contemplado no orçamento da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização.

O Desembargador Osvaldo Bomfim questionou o custo do sistema e quem seria responsável pela manutenção e gestão do mesmo.

Dr. Raimundo Braga respondeu que o valor do investimento será de R\$ 120.00,00 (cento e vinte mil reais) e será gerido pelo NUGEP (Núcleo de Gestão de Precedentes), que já faz isso de forma manual. O magistrado acrescentou que Dr. Marcos Lêdo poderia contribuir com informações acerca do projeto.

Dr. Marcos Lêdo cumprimentou a todos e iniciou seu relato comentando acerca da experiência que teve no início da elaboração do projeto participando das explanações dos Tribunais de Minas Gerais e do STJ, quanto a utilização de Inteligência Artificial na identificação de Precedentes obrigatórios qualificados. Na oportunidade pôde externar que se se trata de uma ferramenta indispensável para o Poder Judiciário, em verdade, acrescentou que não se pode mais pensar o Poder Judiciário sem a utilização de ferramentas tecnológicas. O magistrado considera, inclusive, que o valor do investimento é irrisório diante dos benefícios que ele trará.

Desembargador Nilson Castello Branco questionou se havia alguma comissão instituída para tratar desses assuntos de Inteligência. Dr. Raimundo Braga afirmou a existência de uma comissão presidida pelo Desembargador Augusto, inclusive o NUGEP prepara os relatórios acerca das demandas repetitivas e esse núcleo (comissão) analisa. O magistrado concorda que essas atividades podem ser reforçadas a fim de que a cultura do julgamento de precedentes venha a ser mais efetiva a partir da identificação dos casos repetitivos.

O Secretário de Planejamento e Orçamento indagou se havia alguma objeção dos membros do Comitê de Governança acerca da iniciativa. Diante da não objeção do grupo, declarou a iniciativa aprovada para integrar o portfólio de projetos estratégicos.

#### 10. Apresentação do Projeto de Continuidade de TIC – SCTIC

O Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização iniciou a apresentação lembrando que essa iniciativa foi proposta na primeira Reunião de Análise da Estratégia, em março, porém diante das contenções de gastos advindos com a pandemia de COVID-19, a iniciativa ficou suspensa. Em 19 de setembro (sábado), ocorreu o incidente no Data Center do PJBA que deixou indisponíveis os serviços prestados pelo Tribunal por um tempo considerável. A partir desse fato, voltou a necessidade de se evoluir para a implantação do projeto, retornando aos estudos que já haviam iniciado culminando na apresentação nesta RAE.

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

O projeto consiste em permitir que os serviços que o tribunal presta através dos seus diversos sistemas (Pje, SAJ, Projudi), além de acesso ao SIGA dentre outros, sejam providos mesmo em caso de acidentes. Assim, a proposta é que os serviços do Tribunal sejam contínuos, não sofram interrupção, mesmo que o ambiente onde os sistemas estejam instalados sofra algum tipo de problema.

A proposta é que o sistema de continuidade de TIC esteja instalado até janeiro de 2022.

O Secretário Luís Bahiense apresentou os benefícios da iniciativa. Quais sejam:

Garantir o acesso à justiça; reduzir os riscos de perdas das informações essenciais do PJBA; melhorar a eficiência e a efetividade dos processos de trabalho; possibilitar a prestação dos serviços jurisdicionais essenciais durante e após uma catástrofe; minimizar os efeitos de uma paralisação não planejada; elevar os níveis de confiança aos serviços prestados pelo PJBA; preservar a imagem do PJBA diante da população e órgãos externos e prover maior disponibilidade de serviços ao Tribunal, garantindo o acesso à justiça para a sociedade.

O Secretário da Setim informou que diante da grande quantidade de sistemas existentes no PJBA, enumerou os serviços essenciais, como sendo os prioritários para implantação: Pje, Projudi, SAJ, SIGA, RH Net, SCC, TJBAMAIL, DAJE e site do PJBA.

Luís Bahiense explicou como o serviço funcionaria em caso de incidente no Tribunal: os sistemas do PJBA seriam executados em nuvem, até que a situação se reestabelecesse.

O investimento inicial para a implantação da solução é de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) por ano.

Desembargador Osvaldo Bomfim questionou se o PjeCor também estaria contemplado e ressaltou sua preocupação quanto ao valor do investimento.

O Presidente, Desembargador Lourival Trindade, informou que teria que retirar-se da reunião em razão de outros compromissos, agradeceu a participação de todos e passou a presidência do evento ao 2º Vice-Presidente, Desembargador Augusto Bispo. Antes de ausentar-se manifestou que é legítima a preocupação do Desembargador Osvaldo Bomfim e solicitou que o Secretário Geral da Presidência se manifestasse em relação ao investimento.

O Secretário Franco Bahia iniciou sua preleção informando que no início dessa gestão foi feita uma análise acerca do Orçamento do PJBA e verificou-se que 92% estavam destinados ao custeio e apenas 8% destinados à investimentos. Dessa maneira, o esforço que vem sendo feito durante todo o ano de 2020, e também para o ano de 2021, é mudarmos essa equação, passando a aumentar a nossa dotação orçamentária para investimentos. Assim, esse projeto torna-se viável, ressaltando que esse valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) ainda é uma estimativa inicial e a área técnica ainda está fazendo estudos para detalhar melhor os valores. O Secretário Geral da Presidência considera a iniciativa essencial para o Poder Judiciário da Bahia. Franco Bahia lembrou que essa gestão está priorizando em fortalecer os alicerces na área de tecnologia principalmente. Lembrou que virá uma nova carga de processos com a

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

digitalização que está ocorrendo e há a necessidade de suporte para isso, além da existência de um ambiente 100% Virtual em um futuro muito próximo, que requererá bases para sua execução. Considera indispensável o investimento do PJBA, para que não fiquemos inoperantes. O Secretário enfatizou que todo o esforço de economia que vem sendo feito é exatamente para que possamos fazer os investimentos necessários. Franco Bahia concorda que o valor é elevado, mas está dentro do que foi considerado para investimento para o PJBA, além de ser essencial para manter a prestação jurisdicional.

O Desembargador Osvaldo Bomfim relatou que ainda não se sente confortável em aprovar a inclusão da iniciativa como projeto estratégico e pediu para analisar melhor a proposta.

Dr. Raimundo Braga questionou se o sistema de armazenamento dos sistemas em nuvem também nos previne no caso de ataques de invasores e se os 9 milhões podem diminuir ao longo do tempo.

O Secretário Luís Bahiense afirmou que o PjeCor será contemplado. Quanto aos questionamentos de Dr. Raimundo Braga, os sistemas estariam disponíveis sim em caso de ataque e, quanto ao valor do investimento, o Secretário deixou a pergunta: quanto custaria para o Tribunal ficar com seus serviços parados? Acrescentou ao que foi dito pelo Secretário Geral da Presidência que o valor apresentado se refere a um determinado escopo, que pode ser reduzido, e que a iniciativa cuida de uma preocupação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização no que concerne a prestação dos serviços do Tribunal. A proposta está sendo trazida ao Comitê de Governança para a avaliação dos seus membros quanto à inclusão no portfólio de projetos estratégicos.

O Secretário de Planejamento e Orçamento sugeriu uma Reunião de Análise da Estratégia Extraordinária para decidir apenas essa iniciativa.

Foi acordado que na sexta-feira dia 20/11/2020 o Secretário da Setim e o Desembargador Osvaldo Bomfim discutirão melhor os detalhes da iniciativa e no dia 24/11/2020 será realizada uma RAE Extraordinária para definir a inclusão do projeto no portfólio estratégico.

O Desembargador Nilson Castelo Branco solicitou permissão para retirar-se da reunião em razão de diversos compromissos judicantes, o que foi concedido pelo 2º Vice-Presidente, que neste momento estava presidindo a RAE.

#### 11. Orçamento

O Secretário de Planejamento e Orçamento apresentou a situação da execução orçamentária e financeira em comparação ao que foi planejado. Além da situação da arrecadação onde o percentual do que foi arrecadado em relação ao planejado ficou em 80%.

#### 12. Ações de retomada Covid-19

Quanto às 3 ações restantes, o Secretário Pedro Vivas informou que:

**XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE**

A atualização do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares está em andamento e será encaminhado à Comissão de Reforma ainda em dezembro.

A minuta de resolução do Regime de Teletrabalho foi enviada à Comissão de Reforma e aguarda aprovação.

A Racionalização dos Recursos de Tecnologia da Informação foi concluída e está na fase de recebimento dos equipamentos adquiridos.

**13. Situação do Portfólio de Projetos Estratégicos**

O Secretário de Planejamento e Orçamento apresentou a situação geral dos projetos estratégicos. Ainda resta um projeto que foi iniciado em 2017 e está finalizando o sistema Fisco; 6 projetos iniciados em 2018 que estão com caminhos críticos parados e 6 projetos iniciados em 2020 que precisam ter seu ritmo de execução melhorado. Todos os projetos iniciados em 2019 foram concluídos. Pedro Vivas apresentou os projetos que foram concluídos em 2020 e parabenizou aos envolvidos.

A Coordenadora de Projetos e Processos Estratégicos, Cristina Cunha, apresentou o portfólio de projetos estratégicos. Dentre os 13 projetos, Cristina Cunha ressaltou os percentuais de execução e alguns projetos que estão com atividades paradas há um certo tempo.

UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	DATA DE ATUALIZAÇÃO
NAF	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	07/04/17	29/01/20	08/02/21	91%	12/11/20
CGJ/COJE	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CÁLCULOS JUDICIAIS	07/05/18	18/03/19	19/02/21	74%	13/11/20
COJE	IMPLANTAÇÃO DA QUEIXA CIDADÃ	15/05/18	23/03/20	12/01/21	98%	13/11/20
CTJUD	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO	17/05/18	26/02/19	30/04/21	58%	12/11/20
CGJ	TODOS JUNTOS CONTRA O FEMINICÍDIO	12/06/18	09/08/19	25/11/21	35%	09/10/20
CGJ	COORDENAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS - CCM	12/06/18	18/01/21	07/06/21	82%	13/11/20
SEGESP	POPULUS	03/09/18	26/11/21	13/02/23	3%	11/11/20
UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	DATA DE ATUALIZAÇÃO
COJE	INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA COJE	02/03/20	07/12/21	07/12/21	31%	13/11/20
SEJUD-DPG	CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DE DESEMPENHO NO 1º GRAU	08/04/20	21/06/21	07/01/21	74%	13/11/20
SGP	GERENCIAMENTO MATRICIAL DE DESPESAS - GMD	13/04/20	29/07/20	18/11/20	99%	11/11/20
COJE	CAMPANHA RECOLHER LEGAL	27/05/20	11/03/21	11/03/21	52%	13/11/20
CGJ	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJECOR	01/06/20	18/01/21	02/02/21	66%	12/11/20
SEJUD-DPG	CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA REGIONAL	13/07/20	02/02/21	20/01/21	66%	13/11/20

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

---

O Secretário Pedro Vivas passou a palavra àqueles que desejassem se manifestar acerca de seus projetos.

A Controladora Chefe, Fernanda Dantas, informou que ainda estão em busca do servidor para ocupar o cargo de Coordenador da Unidade de Acompanhamento de Gestão.

Sobre os projetos da Diretoria de Primeiro Grau, a Diretora Thais Fellipi informou que em relação à Rede de Governança Colaborativa, já foi realizada a primeira reunião e os primeiros Planos Diretores estão sendo feitos. Informou que foi necessário fazer uma reestruturação da Rede, uma vez que alguns magistrados não puderam continuar como juízes coordenadores regionais e estão sendo substituídos na medida em que sejam identificados perfis compatíveis com as atividades da Rede de Governança Colaborativa.

Dr. Marcos Lêdo abordou o projeto Todos Juntos contra o Femicídio, informando que, em contato com o Departamento ONU Mulheres, ficou ciente que seria necessário rediscutir o conteúdo da parceria e que está sendo acompanhado o processo de adaptação das diretrizes nacionais do Femicídio no Estado da Bahia em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, inclusive o TJBA participa do grupo interinstitucional representado pela Desembargadora Nágila Brito, da Coordenadoria da Mulher. O Magistrado concluiu que levamos quase dois anos para conseguir permissão para fazer a tradução de um documento do projeto que foi aprovado pela gestão anterior e que agora temos a informação que as tratativas do convênio estão sendo feitas diretamente com o Governo do Estado da Bahia. Dr. Marcos Lêdo questionou então, se há ainda interesse do PJBA em manter o projeto, uma vez que a ONU já está tratando diretamente com uma comissão interinstitucional onde o Tribunal já tem uma representante. Em seu ponto de vista o projeto não tem mais razão de existir, já que está sendo desenvolvido por uma Secretaria de Estado, pede então que seja cancelado e retirado do portfólio estratégico. Ficou acordado que na RAE Extraordinária será tratado o cancelamento do Projeto.

Sem mais nenhuma manifestação, o Secretário Pedro Vivas deu prosseguimento à pauta.

#### **14. Workshop da Estratégia**

O Secretário da Seplan lembrou a realização do Workshop da Estratégia em março de 2020 e que desse encontro foram extraídas iniciativas que, em razão da pandemia de COVID-19, ficaram suspensas e muitas não puderam se tornar projetos. O Secretário mostrou que para o ano de 2021 já existem diversas propostas de projetos para que as unidades apresentem ao Comitê de Governança.

As iniciativas propostas foram apresentadas nos quadros seguintes:

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

Cód.	Iniciativa
P01	Impantar o Trabalho à Distância.
P02	Capacitar diretores de unidades judiciárias para a gestão cartorária.
P03	Fortalecer o uso da Estrutura de Ead do Tjba com estrutura de TV e Rádio
P04	Identifica e Retenção de Talentos.
P05	Fortalecer os Polos Regionais – Descentralização da Governança Estratégica.
P06	Ampliar Cartórios Integrados.
P07	Criar Mecanismos Informatizados Para Identificação de Demandas Repetitivas.
P08	Implementar ações que promovam a saúde e qualidade de vida dos magistrados e servidores no trabalho, com foco nas comarcas do interior através da criação de polos regionais.
P09	Implantar projetos de inovação na COJE
P10	Implantar Sistema de Telemetria para uso dos Serviços Concessionários e dos Correios.
P11	Desenvolver fluxo de informações entre as áreas competentes para melhor compor o Sistema de Priorização de Obras - SPO, bem como o Plano de Obras.
P12	Instalação de Salas de Depoimento Especial no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
P13	Criar mecanismos diferenciados de automação e gerenciamento para as varas de Fazenda Pública.
P14	Ampliar a Gestão de Processos de Negócio, Priorizando os Finalísticos.
P15	Realizar Campanha “Recolher legal”
P16	Implantar o Projeto “Jurisdição Bandeirante”
P17	Implementar nos imóveis do TJBA projetos de geração de energia fotovoltaica.
Cód.	Iniciativa
P18	Implantar o Processo Administrativo Eletrônico em Todos Os Processos de Trabalho
P19	Implantar gestão da qualidade no 1º e 2º grau, junto ao NUGEQ.
P20	Instituir programa de Saúde e Segurança do Trabalho no PJBA.
P21	Ampliar o Processo Eletrônico Judicial Na Area Criminal
P22	Acompanhar Avaliação Bio-Psico-Social de Magistrados e Servidores.
P23	Fortalecer e Priorizar o 1º Grau de Jurisdição com Ações para o Descongestionamento e Cumprimento das Metas Nacionais nas Unidades Jurisdicionais.
P24	Ampliar a capacidade computacional do TJBA.
P25	Implantação do Sistema de Progressão e Promoção Por Meio da Meritocracia.
P26	Criação de Cartórios Regionais de Execução de Atos.
P27	Implantar a C-Jus do Tjba (Computação em Nuvem).
P28	Implantar o PJECOR.
P29	Implantar o Projeto “SAJ Intimares”
P30	Implantar um Projeto de Atendimento Aos Parâmetros da LGPD.
P31	Aprimorar o Controle de Gastos, Alocação de Despesas e Resultados com a Implantação da Sistemática da Gestão de Custos.
P32	Implantar Plano de Continuidade do Negócio.
P33	Implantar o Sistema de Gestão Pública Integrada.
P34	Aprimorar a Comunicação com o Cidadão, Tornando o Tribunal de Justiça mais Transparente.
P35	Finalizar a migração do SAJ para o PJE nas unidades não criminais

#### Planejamento Estratégico 2021-2026

O Secretário Pedro Vivas apresentou a situação do plano que gerencia as atividades relacionadas à elaboração da minuta de resolução do Plano Estratégico para 2021-2026.

Pedro Vivas lembrou que houve um objetivo estratégico que ficou sem patrocínio estratégico e que a Seplan ficará como patrocinadora caso nenhuma unidade se candidate. Qual seja:

**Objetivo M3.5** – *Agregar, anualmente, às unidades da Fazenda Pública, com base na demanda de casos novos, presencial ou em teletrabalho, em até duas vezes a força de trabalho equalizada na Tabela de Lotação de Pessoal, até 2026.*

Dr. Jonny Maikel reforçou a importância desse objetivo estratégico tendo em vista que temos a maior Vara da Fazenda Pública do mundo em quantitativo de processos, em Camaçari com 110 mil processos, com ações de improbidade

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

paradas. O magistrado destacou, no entanto, que a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) do TJBA, infelizmente, não vem sendo cumprida integralmente. Pela TLP, as Varas de Fazenda Pública devem ter 9 servidores e a Vara de Fazenda Pública de Camaçari tem 3 servidores e, existem diversas unidades com excesso de servidores. Dr. Jonny Maikel informou que, antes da resolução 219, a Corregedoria podia fazer essa movimentação de pessoal, e com o advento da resolução, essa atribuição passou à Presidência do TJBA.

O magistrado prosseguiu afirmando que todas as varas da Fazenda Pública estão com menos servidores que o determinado pela Resolução 219 e existem diversas Varas com excedente inclusive os Juizados Especiais podem também ter servidores movimentados. Lembrou o exemplo das Centrais de Mandados que podem ter servidores de ambas Unidades. Dr. Jonny Maikel observou que os editais de remoção não são solução para adequar a TLP e ressaltou que nenhuma unidade quis assumir o patrocínio do objetivo estratégico porque dobrar o quantitativo da TLP implica em maior desafio em colocar servidores nas Fazendas Públicas, e, pela Resolução 219, a responsabilidade dessa alocação de pessoal é da Presidência do TJBA.

A Chefe de Gabinete, Clio Nobre, concordou com as considerações de Dr. Jonny Maikel, e informou que está sendo feito um projeto de cumprimento da TLP, constante de 3 etapas. A primeira realmente é um edital de remoção, seguida de um trabalho em uma TLP virtual que, após a aprovação da resolução do Teletrabalho, que já está na Comissão de Reforma, permitirá a transferência de alguns servidores de unidades com excedente de pessoal para unidades com déficit que desenvolverão suas atividades através do teletrabalho. Após essa etapa, caso não haja reorganização, será feito um edital de remoção compulsória, pois o entendimento é deve ser priorizado o interesse público.

O Secretário de Planejamento e Orçamento deixou a proposta para que, caso alguma unidade deseje se candidatar a patrocinadora do objetivo estratégico, procurar a Seplan para que possa ser registrado. Lembrou que o objetivo é do PJBA, a unidade patrocinadora é uma referência para o acompanhamento da execução do objetivo.

A Chefe do Gabinete da Presidência, Clio Nobre, solicitou a palavra para acrescentar a informação que, em relação aos Juizados Especiais que estão com excedente no quadro, será disponibilizado pessoal para o edital de Remoção da Justiça Comum.

#### 15. **Agendamento Próxima RAE**

A data de 16 de março de 2021 foi aprovada pelo Comitê de Governança.

#### 16. **Encerramento**

Dr. Jonny Maikel solicitou a palavra antes do encerramento para lembrar que, caso um projeto não seja aprovado pelo Comitê de Governança para integrar o portfólio de projetos estratégicos não torna inviável sua execução, apenas não será acompanhado nas RAE's e poderá ser executado de forma departamental.

#### XIV REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIV RAE

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, parabenizou à Seplan, que apesar da pandemia, conseguiu coordenar e realizar as Reuniões de Análise da Estratégia, bem como as Reuniões de Líderes Avançados, previstas nas resoluções do CNJ e do TJBA, inclusive de forma inovadora através de videoconferência. Ressaltou que o cumprimento dessas resoluções pontua para o Prêmio CNJ de Qualidade. Acrescentou também que o TJBA está em estágio avançado no cronograma do CNJ para a elaboração do seu Planejamento Estratégico 2021-2026 e também proferiu congratulações à Seplan por tal feito. Agradeceu ao Desembargador Augusto Bispo e aos demais desembargadores.

O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Des. Augusto Bispo, agradeceu pelas palavras do Secretário Geral da Presidência e as retribuiu. Corroborou com as considerações feitas à Seplan, em especial ao Secretário Pedro Vivas, que, a seu ver com certeza seria exitoso em sua gestão diante da Secretaria de Planejamento e Orçamento, pois sempre foi comprometido com a Instituição. O Desembargador Augusto Bispo questionou se alguém gostaria de se manifestar.

O Secretário de Planejamento e Orçamento agradeceu, em seu nome e em nome da equipe da Seplan, às palavras proferidas pelo Secretário Geral da Presidência e pelo 2º Vice-Presidente. Pedro Vivas afirmou que sua gratidão se estende à maturidade com que a Instituição vem tratando os assuntos estratégicos e colocou-se à disposição para o que for necessário à melhoria dos serviços do PJBA.

O Desembargador Augusto Bispo agradeceu a todos pela aprovação do projeto da 2ª Vice-Presidência e retornou a presidência da Reunião ao Desembargador Lourival Trindade.

O Presidente do TJBA agradeceu ao Desembargador Augusto Bispo pela sua substituição na presidência da RAE e retornou à palavra ao Secretário de Planejamento, também agradecendo ao trabalho por ele realizado, manifestando que ao convidá-lo para ser o gestor da Seplan estava certo de seu magnífico trabalho e dedicação ao PJBA.

Pedro Vivas agradeceu à oportunidade que lhe foi dada pelo Presidente Desembargador Lourival Trindade por estar à frente da Seplan em sua gestão.

Dr. Raimundo Braga solicitou a palavra para informar que a virtualização dos processos da 2ª Vice-Presidência já está incluída na rotina de trabalho da unidade, uma vez que todos os seus acervo de processos de competência originária já foi triado e encaminhado para a empresa de digitalização e já está sendo feita a triagem dos processos de competência recursal. O magistrado está certo de que será cumprida a missão de virtualizar todo o acervo até um pouco antes do final dessa gestão. Acrescentou que o teletrabalho também será um propulsor das atividades judicantes, além do remanejamento da força de trabalho que colocará o TJBA em posição de mais destaque ainda.

O Presidente do TJBA, Desembargador Lourival Trindade, agradeceu a todos os participantes da RAE e ressaltou o importante trabalho que vem sendo desenvolvido por todos os servidores em tempos pandêmicos e encerrou a reunião às 11:30.